Análise Económico – Financeira

Junho de 2026

Análise Económico-financeira

Junho de 2026

Análise Económico – Financeira

Junho de 2026

Índice

1. Introdução 3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial 4
2.1. Análise Patrimonial 4
2.1.1. Análise da evolução do Ativo 5
2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo 6
2.1.2.1. Fundos próprios 6
2.1.2.2. Passivo 7
2.2. Análise económico-financeira 8
2.2.1. Análise Económica 8
A. Evolução dos Proveitos Operacionais 8
B. Evolução de Gastos operacionais 9
C. Evolução dos Resultados 10
2.2.2. Análise Financeira 11
2.3. Análise à Execução Orçamental 12
2.3.1. Controlo Orçamental da Receita 13
2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa 16
2.4. Limite de Endividamento 18

Análise Económico – Financeira
Junho de 2026

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 30 de Junho de 2026.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respetivo balancete reportado a 30 de Junho de 2026.

Para efeitos da análise da situação e evolução patrimonial (análise financeira ou de Balanço) comparamos os dados reportados a 30 de Junho de 2026 com os reportados a 31 de Dezembro de 2025. Para efeitos de análise da evolução dos Resultados (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 30 de Junho de 2026 com os reportados a 30 de Junho de 2025.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

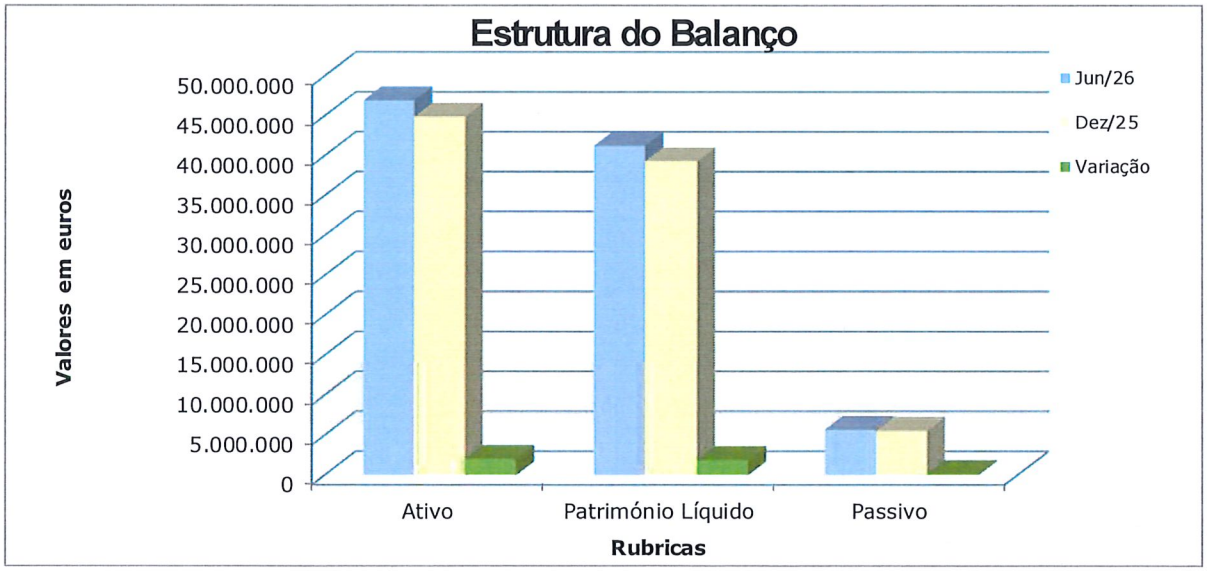
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2025 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 30 de Junho de 2026, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	Jun/26	Dez/25	Variação Abs.	%
Ativo Total	46.908.454	44.866.399	2.042.054	5%
Passivo	5.700.761	5.557.418	143.344	3%
Património Líquido	41.207.692	39.308.982	1.898.710	5%

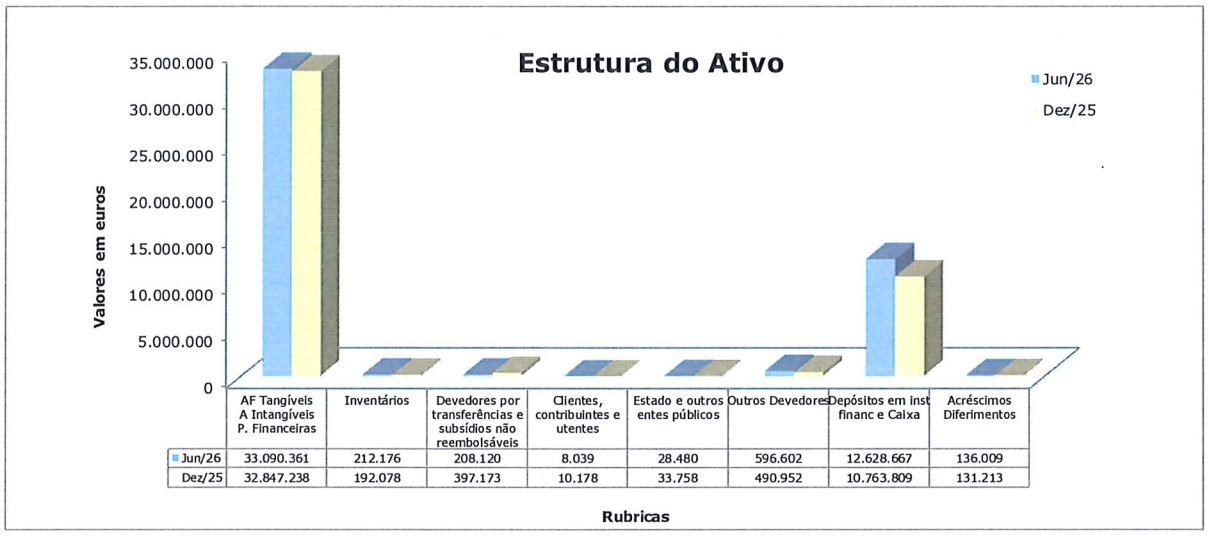


Comparativamente a 31 de Dezembro de 2025, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- Aumento de cerca de 2.042m€ do ativo total;
- Aumento de 2,58% cerca de 143m€ do passivo;
- Aumento do Património Líquido em cerca de 4,83%, aproximadamente 1.899m€.

2.1.1. Análise da evolução do Ativo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2025, o Ativo apresenta a seguinte evolução:



	AF Tangíveis A Intangíveis P. Financeiras	Inventários	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Clientes, contribuintes e utentes	Estado e outros entes públicos	Outros Devedores	Depósitos em inst financ e Caixa	Acréscimos Diferimentos
Jun/26	33.090.361	212.176	208.120	8.039	28.480	596.602	12.628.667	136.009
Dez/25	32.847.238	192.078	397.173	10.178	33.758	490.952	10.763.809	131.213

i. Em 30 de junho de 2026, o Ativo Líquido ascende a aproximadamente 46,91 milhões de euros, comparativamente a 44,87 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2025, o que representa um acréscimo de cerca de 2,042 milhões de euros.

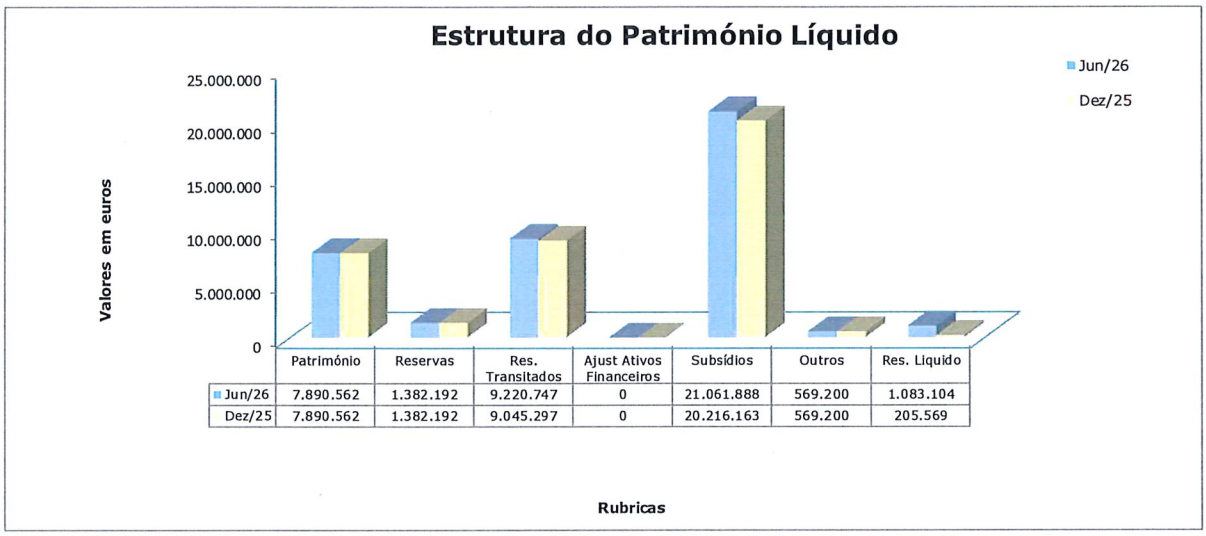
As rubricas que compõem o Ativo Líquido registaram, de um modo geral, um acréscimo face ao período anterior, com exceção das rubricas "Transferências e subsídios", "Estado e outros entes públicos" e "Clientes, contribuintes e utentes", que evidenciaram uma redução.

ii. O ativo fixo tangível continua a constituir a rubrica de maior expressão do ativo, representando 69,3% do respetivo total. Contudo, o seu peso relativo registou uma ligeira diminuição de 2,6 pontos percentuais face ao observado em 31 de dezembro de 2025.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1. Fundos próprios

Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



	Património	Reservas	Res. Transitados	Ajust Ativos Financeiros	Subsídios	Outros	Res. Liquido
Jun/26	7.890.562	1.382.192	9.220.747	0	21.061.888	569.200	1.083.104
Dez/25	7.890.562	1.382.192	9.045.297	0	20.216.163	569.200	205.569

Face a Dezembro de 2025, o Património Líquido registou:

- uma variação positiva associada ao resultado líquido apurado em Dezembro de 2025, no montante de 205m€, acrescido do resultado líquido do exercício corrente, no montante de 1.083m€;
- uma variação positiva associada à rubrica "Transferências e Subsídios Capital", na qual se verificou um acréscimo de 846m€.

Em 30 de Junho de 2026 cerca de 87,9% do total dos ativos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

Considerando que:

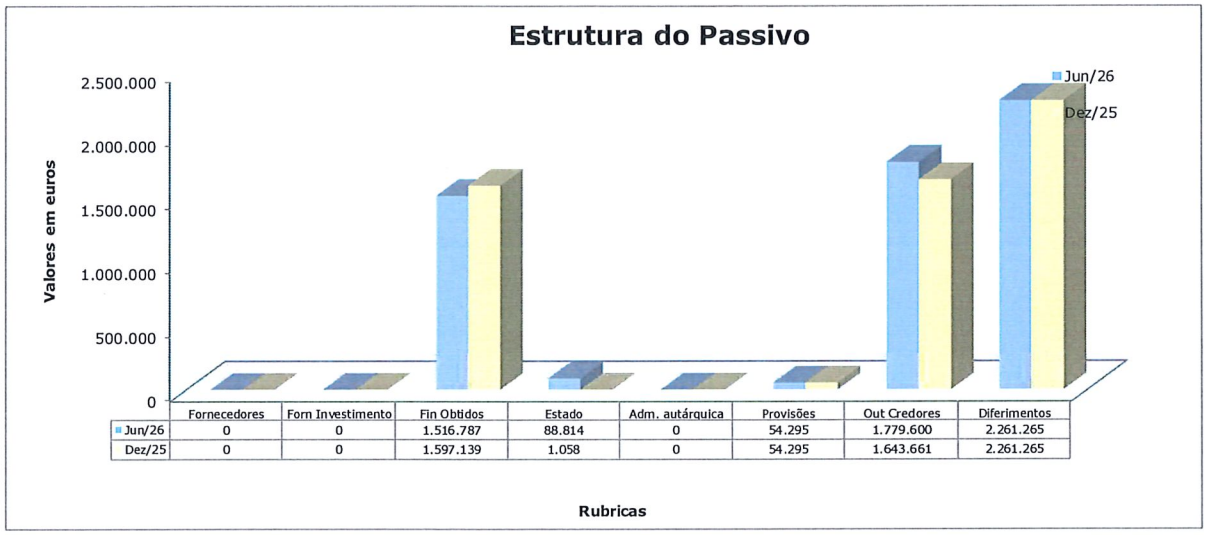
a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP), representam 94,50% do total ativo e,

b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 70,54% do total do ativo,

conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos são financiados por fundos próprios e capitais alheios de médio e longo prazo).

2.1.2.2. Passivo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2025, o Passivo apresenta, em 30 de Junho de 2026 a seguinte evolução:



	Fornecedores	Forn Investimento	Fin Obtidos	Estado	Adm. autárquica	Provisões	Out Credores	Diferimentos
Jun/26	0	0	1.516.787	88.814	0	54.295	1.779.600	2.261.265
Dez/25	0	0	1.597.139	1.058	0	54.295	1.643.661	2.261.265

i. Comparativamente a 31 de dezembro de 2025, o Passivo Total apresentou um acréscimo de cerca de 143 mil euros, evidenciando um ligeiro aumento no período em análise.

ii. A rubrica "Financiamentos Obtidos" registou uma diminuição de cerca de 5%, correspondente a aproximadamente 80 mil euros. Apesar desta redução, o seu peso relativo no total do Passivo manteve-se praticamente inalterado, representando 26,61% em 30 de junho de 2026, em linha com o observado em 31 de dezembro de 2025.

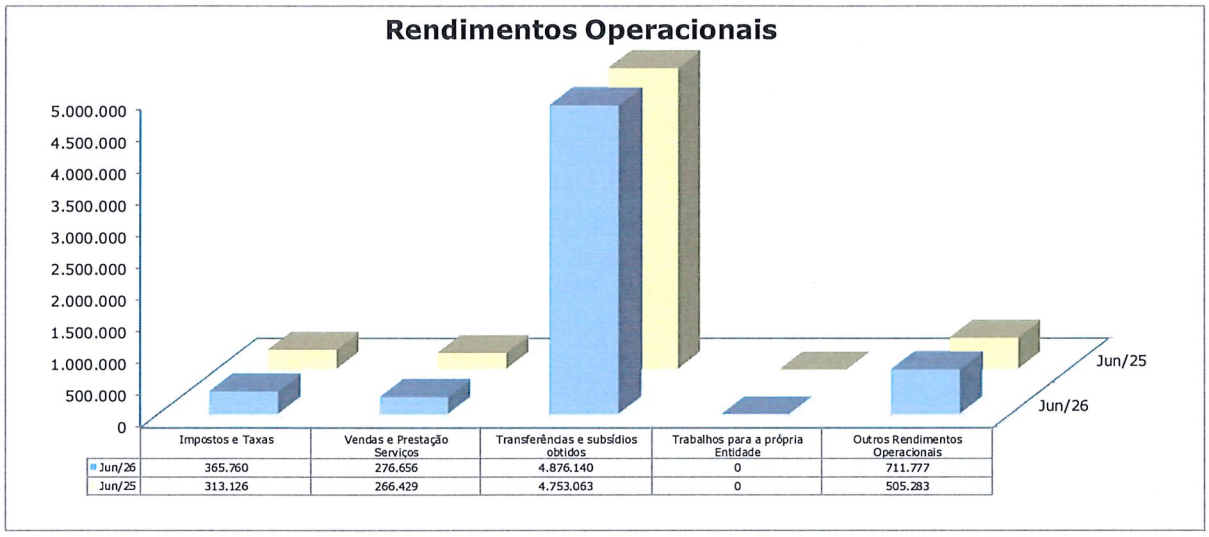
iii. A rubrica "Estado e outros entes públicos" evidencia um acréscimo relativamente a 31 de dezembro de 2025, decorrente da antecipação, no final do exercício, dos pagamentos associados às respetivas obrigações fiscais e contributivas, designadamente retenções na fonte de IRS, contribuições para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações. Em 30 de junho de 2026, o saldo desta rubrica totaliza cerca de 89 mil euros.

2.2. Análise económico-financeira

2.2.1. Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 30 de Junho de 2026 com a do período homólogo de 2025, concluímos o seguinte:

A. Evolução dos Rendimentos Operacionais



	Impostos e Taxas	Vendas e Prestação Serviços	Transferências e subsídios obtidos	Trabalhos para a própria Entidade	Outros Rendimentos Operacionais
Jun/26	365.760	276.656	4.876.140	0	711.777
Jun/25	313.126	266.429	4.753.063	0	505.283

i. Os Rendimentos Operacionais evidenciam, em 30 de junho de 2026, um aumento de aproximadamente 7%, equivalente a cerca de 392 mil euros, quando comparados com o período homólogo de 30 de junho de 2025.

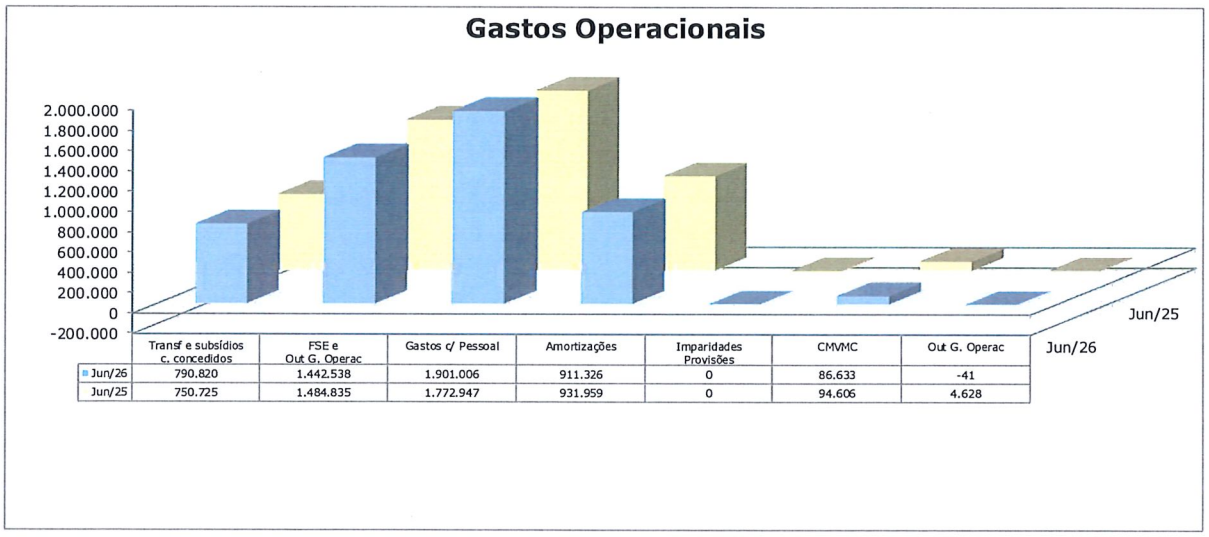
ii. Os Rendimentos do período em análise evidenciaram uma evolução favorável face ao período homólogo de 2025. A rubrica "Outros Rendimentos Operacionais" foi a que apresentou o aumento mais expressivo, com um acréscimo de aproximadamente 206 mil euros. As rubricas "Transferências e subsídios obtidos" e "Impostos e Taxas" registaram igualmente uma variação positiva, embora de menor expressão, com aumentos de cerca de 123 mil euros e 53 mil euros, respetivamente, não se verificando alterações materialmente relevantes.

iii. A rubrica "Vendas e Prestações de Serviços" apresentou uma variação pouco significativa face ao período homólogo do exercício anterior, mantendo-se em níveis semelhantes. Os rendimentos associados a esta rubrica resultam,

essencialmente, da venda de água aos munícipes e da exploração das termas, verificando-se que os valores apurados são comparáveis com os registados no período homólogo anterior.

B. Evolução de Gastos operacionais

Os gastos operacionais apresentam em 30 de Junho de 2026, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:



	Transf e subsídios c. concedidos	FSE e Out G. Operac	Gastos c/ Pessoal	Amortizações	Imparidades Provisões	CMVMC	Out G. Operac
Jun/26	790.820	1.442.538	1.901.006	911.326	0	86.633	-41
Jun/25	750.725	1.484.835	1.772.947	931.959	0	94.606	4.628

i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) registou uma diminuição de aproximadamente 8,4%, correspondente a cerca de 8 mil euros, face ao período homólogo. Esta rubrica representa cerca de 2% do total dos Custos Operacionais no período em análise.

ii. A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) evidenciou uma redução de aproximadamente 42 mil euros, equivalente a 2,85%, quando comparada com o período homólogo do exercício anterior. Apesar desta diminuição, continua a assumir um peso relevante na estrutura dos Custos Operacionais, representando 28,11% do total dos custos operacionais.

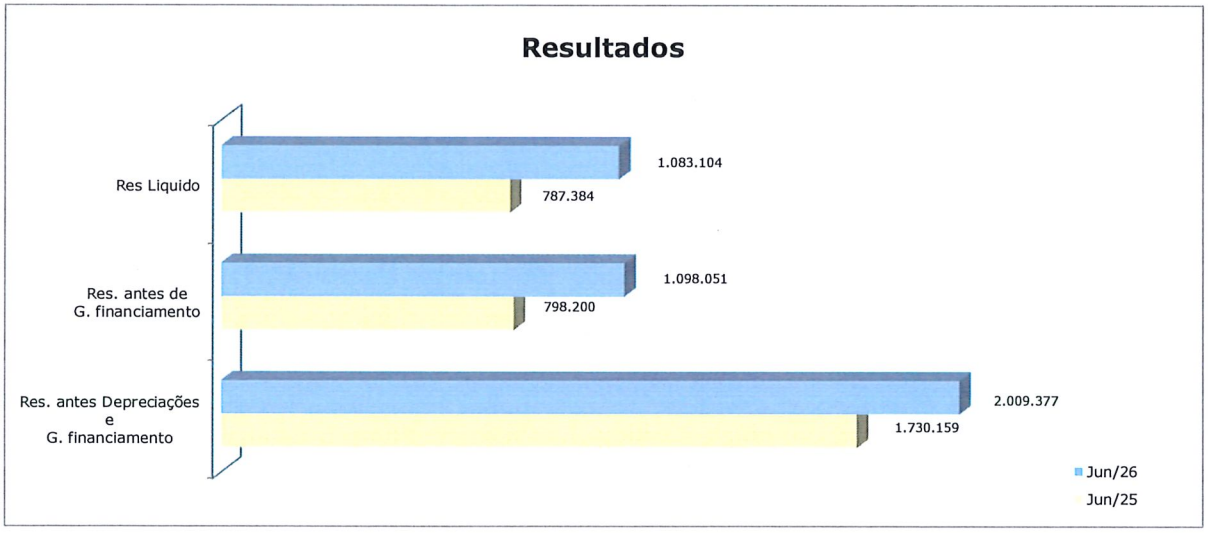
iii. A rubrica de Reintegrações e Amortizações manteve-se estável face ao período homólogo de 2025, não apresentando variações materialmente relevantes. A redução observada (cerca de 21 K€) decorre, essencialmente, da existência de

ativos que atingiram o final da respetiva vida útil e cuja amortização foi integralmente reconhecida no exercício anterior.

iv. A rubrica "Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais" evidenciou uma variação de aproximadamente 40 mil euros comparativamente ao período homólogo do exercício anterior, não obstante a manutenção dos principais protocolos celebrados com as mesmas instituições.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



i. O Resultado Operacional antes de Depreciações e Gastos de Financiamento apresentou, no período em análise, uma variação positiva de aproximadamente 279 mil euros quando comparado com o período homólogo de 2025, refletindo a evolução verificada nos rendimentos e gastos operacionais.

ii. O Resultado antes de Gastos de Financiamento evidenciou uma evolução positiva face ao período homólogo, decorrente, sobretudo, do incremento verificado nas rubricas "Transferências Correntes" recebidas e "Outros Rendimentos e Ganhos".

iii. A evolução registada nas diferentes rubricas de resultados contribuiu para o aumento do Resultado Líquido em aproximadamente 296 mil euros, quando

comparado com o período homólogo de 30 de junho de 2025, atingindo o montante de 1,083 milhões de euros.

2.2.2. Análise Financeira

Rácios	Fórmula de Cálculo	Jun/26	Dez/25
Liquidez geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	531%	479%
Liquidez reduzida	(Ativo Corrente-Inventários) / Passivo Corrente	523%	471%
Liquidez imediata	(Depósitos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Corrente	490%	433%
Endividamento	Passivo / Ativo	12%	12%
Estrutura de endividamento	Passivo Corrente / Passivo	45%	45%
Autonomia financeira	Património Líquido / Ativo	88%	88%
Cobertura de Ativo não Corrente pelos Capitais Permanentes	(Património Líquido + Dividas a terceiros de MLP) / Ativo não corrente	134%	129%

Os rácios de Liquidez Geral e Liquidez Reduzida evidenciam uma evolução desfavorável do Ativo Circulante entre as duas datas em análise. Ainda assim, em 30 de junho de 2025, o Ativo Circulante mantinha-se suficiente para assegurar a cobertura integral do Passivo Corrente.

O rácio de Liquidez Imediata demonstra uma capacidade de cobertura significativa das responsabilidades de curto prazo através das Disponibilidades, permitindo concluir que uma parte maioritária das obrigações correntes se encontra suportada por meios financeiros imediatamente disponíveis.

O rácio de Autonomia Financeira demonstra uma estrutura financeira sólida, com cerca de 88% do Total do Ativo financiado por Capitais Próprios. Este indicador manteve-se estável face a 31 de dezembro de 2025, não evidenciando alterações significativas no período em análise.

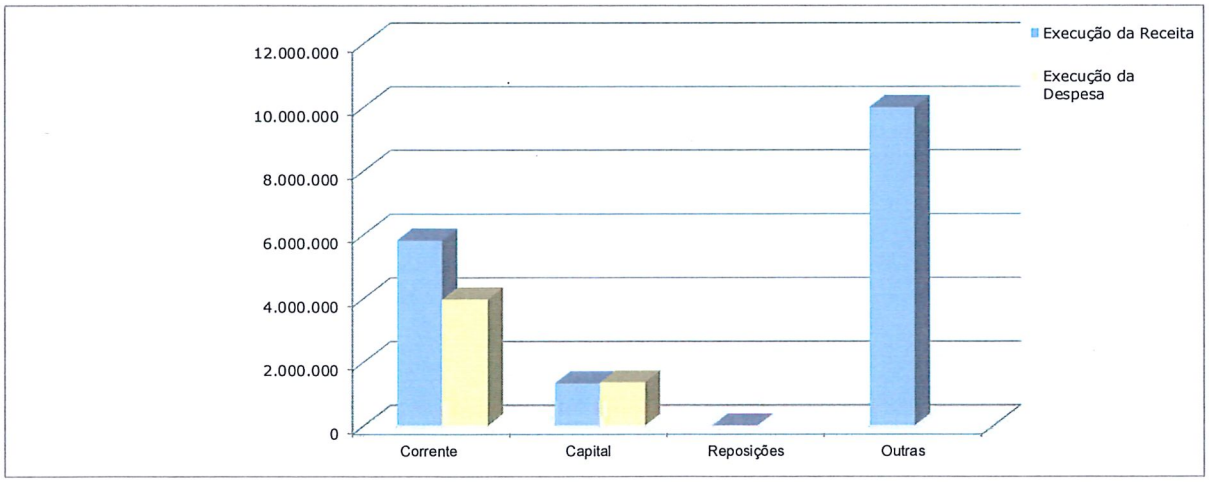
O rácio de Estrutura de Endividamento registou um aumento de 2 pontos percentuais relativamente a 31 de dezembro de 2025, evidenciando uma ligeira variação na estrutura de financiamento da entidade.

O rácio de Cobertura do Ativo Não Corrente pelos Capitais Permanentes situa-se em cerca de 133% em 30 de junho de 2026, revelando uma estrutura financeira equilibrada, na medida em que os Capitais Permanentes são suficientes para financiar integralmente o Ativo Não Corrente, assegurando uma parcela adicional para cobertura das necessidades de exploração.

2.3. Análise à Execução Orçamental

À data de 30 de Junho de 2026, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	3.972.653	24,64%	5.826.852	49,76%
Capital	1.365.953	12,76%	1.332.565	26,05%
Reposições			0	0,00%
Outras			10.001.911	100,00%
Total	**5.338.606**	**19,90%**	**17.161.327**	**63,97%**



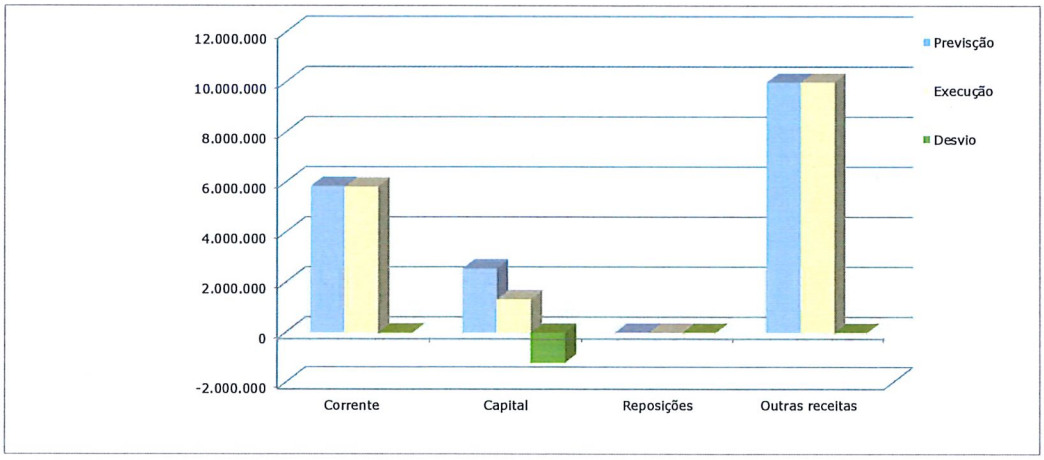
O Grau de Execução Orçamental apresenta uma evolução favorável em 30 de junho de 2026, considerando que a execução da Despesa se encontra abaixo da execução da Receita, evidenciando um saldo orçamental positivo no período em análise.

O Município cumpre o princípio orçamental do equilíbrio, na medida em que a Receita Corrente é suficiente para assegurar a cobertura integral da Despesa Corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

2.3.1. Controlo Orçamental da Receita

Em 30 de junho de 2026, a execução da Receita evidencia um desvio desfavorável de cerca de 1,253 milhões de euros, explicado, maioritariamente, pelo baixo nível de execução da Receita de Capital, cuja taxa de execução ascendeu a 52%. Por outro lado, a Receita Corrente registou um desempenho bastante favorável, com uma execução próxima dos 100%.

	Previsão Semestral	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	5.854.653	5.826.852	-27.801	99,53%
Capital	2.557.766	1.332.565	-1.225.201	52,10%
Reposições	300	0	-300	0,00%
Outras receitas	10.001.911	10.001.911	0	100,00%
Total	**18.414.628,87**	**17.161.327,21**	**-1.253.301,66**	**93,19%**



Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 30 de Junho de 2026 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

Análise Económico – Financeira

Junho de 2026

Designação	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Impostos diretos	273.500	320.518	47.018	117,19%
Impostos indiretos	0	0	0	n.a.
Taxas, multas e o. penalidades	16.500	14.381	-2.119	87,16%
Rendimentos de propriedade	1.150	0	-1.150	0,00%
Transferências Correntes	5.125.653	5.122.348	-3.304	99,94%
Venda de bens e serviços	324.300	276.631	-47.669	85,30%
Outras receitas correntes	113.550	92.973	-20.577	81,88%
Total de receitas correntes	**5.854.653**	**5.826.852**	**-27.801**	**99,53%**
Vendas de bens de investimento	900	0	-900	0,00%
Transferências de Capital	2.552.466	1.332.565	-1.219.901	52,21%
Ativos Financeiros	100	0	-100	0,00%
Passivos Financeiros	100	0	-100	0,00%
Outras Receitas de Capital	4.200	0	-4.200	0,00%
Total de receitas capital	**2.557.766**	**1.332.565**	**-1.225.201**	**52,10%**
Reposições	300	0	-300	0,00%
Saldo da gerência anterior	10.001.911	10.001.911	0	100,00%
Total de outras receitas	**10.002.211**	**10.001.911**	**-300**	**100,00%**
Total	**18.414.629**	**17.161.327**	**-1.253.302**	**93,19%**

O grau de execução das Receitas Correntes situa-se próximo dos 100%, refletindo o desempenho favorável da generalidade das rubricas que integram esta componente da receita. Destacam-se, em particular, as rubricas "Transferências Correntes", "Impostos Diretos", "Taxas, Multas e Outras Penalidades" e "Vendas de Bens e Serviços", que registaram taxas de execução superiores a 85%.

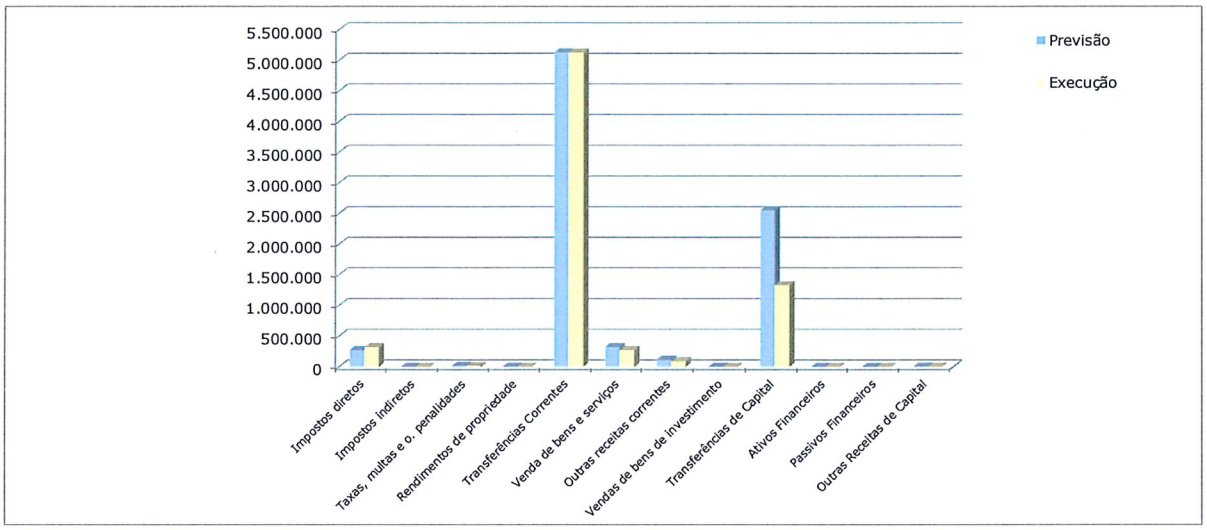
A rubrica "Transferências Correntes" representa a principal componente da Receita do Município, assumindo um peso preponderante na sua estrutura. A sua composição resulta, essencialmente, das transferências efetuadas ao abrigo do Orçamento do Estado, constituindo uma fonte relevante de financiamento da atividade municipal.

No que respeita às Receitas de Capital, estas apresentaram uma taxa de execução de aproximadamente 52%, evidenciando um nível de realização inferior ao previsto. A evolução desta componente da receita foi condicionada, sobretudo, pela execução da rubrica "Transferências de Capital", que representa a sua principal fonte de financiamento.

O comportamento gráfico é o seguinte:

Análise Económico – Financeira

Junho de 2026



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

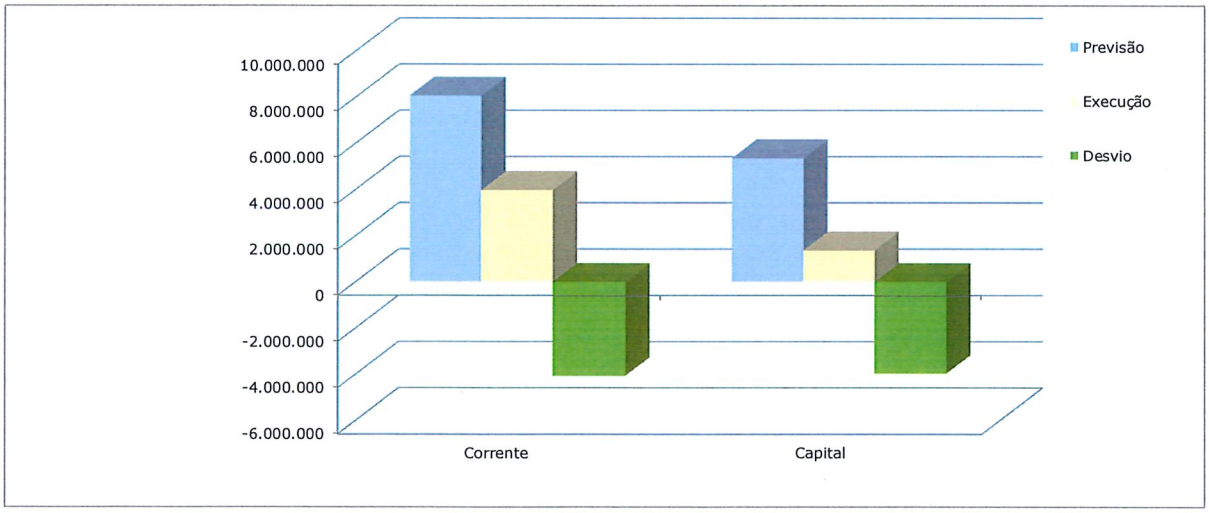
Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Jun/26	Jun/25
Impostos Municipais / Total de Receitas	5%	4%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	0%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	10%	9%
Total das Transferências / Total das Receitas	90%	91%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	0%

2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 39,80%, tendo-se apurado um desvio favorável de 8.075m€.

	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	8.060.186	3.972.653	-4.087.533	49,29%
Capital	5.353.488	1.365.953	-3.987.534	25,52%
Total	**13.413.673,44**	**5.338.606,27**	**-8.075.067,17**	**39,80%**

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



Análise Económico – Financeira
Junho de 2026

Em 30 de junho de 2026, a execução das Despesas de Capital apresentou uma taxa de 25,52%, inferior à verificada nas Despesas Correntes, cuja execução ascendeu a 49,29%, conforme demonstrado no quadro seguinte:

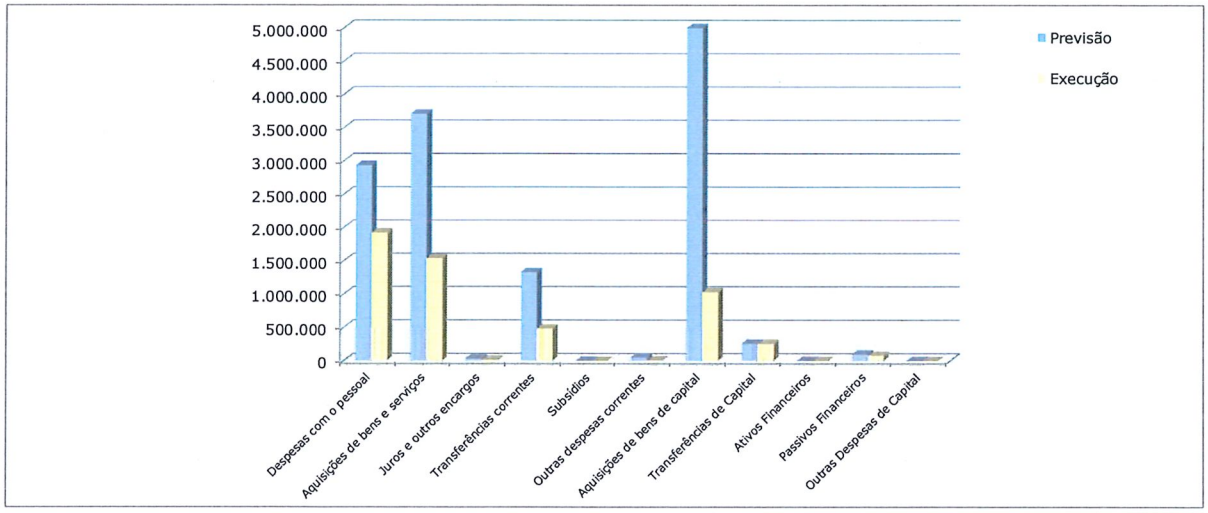
Designação	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	2.933.690	1.922.564	-1.011.125	65,53%
Aquisições de bens e serviços	3.708.540	1.543.092	-2.165.448	41,61%
Juros e outros encargos	33.900	16.293	-17.607	48,06%
Transferências correntes	1.328.962	484.861	-844.100	36,48%
Subsídios	75	0	-75	0,00%
Outras despesas correntes	55.020	5.843	-49.177	10,62%
Total Despesas Correntes	**8.060.186**	**3.972.653**	**-4.087.533**	**49,29%**
Aquisições de bens de capital	4.994.962	1.030.649	-3.964.313	20,63%
Transferências de Capital	260.020	254.953	-5.067	98,05%
Ativos Financeiros	1.001	0	-1.001	0,00%
Passivos Financeiros	97.500	80.352	-17.148	82,41%
Outras Despesas de Capital	5	0	-5	0,00%
Total Despesas de Capital	**5.353.488**	**1.365.953**	**-3.987.534**	**25,52%**

O grau de execução inferior aos valores orçamentados verifica-se na generalidade das rubricas que compõem as Despesas Correntes, refletindo que a Autarquia realizou, até à data em análise, um nível de despesa inferior ao inicialmente previsto.

No final do primeiro semestre de 2026, as Despesas Correntes evidenciaram níveis de execução próximos dos 50%, refletindo um ritmo de realização em linha com o período decorrido, com exceção da rubrica "Despesas com Pessoal", cuja execução atingiu 65,53%.

As Despesas de Capital apresentaram uma execução média de 25,52%, verificando-se, contudo, níveis de realização significativamente superiores nas rubricas "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", que registaram taxas de execução de 98,05% e 82,41%, respetivamente.

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Jun/26	Jun/25
Transferências correntes / Total das Despesas	9%	8%
Transferências de Capital / Total das Despesas	5%	6%
Despesa Corrente / Total das Despesas	74%	74%
Despesas de Capital / Total das Despesas	26%	26%
Total do Investimento / Total das Despesas	19%	17%

2.4. Limite de Endividamento

A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, "não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 30 de Junho de 2026, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Análise Económico – Financeira

Junho de 2026

Mapa de determinação do endividamento liquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Discrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1) - Contratos de Leasing - Dividas a Fornecedores - Dividas a Fornecedores Imobilizado - Dividas a EOEP - Dividas a Outros Credores	1.516.787 0 0 0 88.822 0
	Soma dos Passivos	1.605.609
C - Endividamento liquido do Município		1.605.609
D - Endividamento liquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano Associação Nacional de Municípios Portugueses Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes Resíduos do Nordeste, EIM	417 0 37.606 0
	Subtotal 2	38.023
E- Endividamento liquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime surifico do sector empresarial local)	- - - - -	0
	Subtotal 3	0
F - Aferição da Dívida Total		1.643.633
G - Limite da Dívida Total (nº1, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)	Valor apurado pela DGAL	15.238.548
H - Limite da Dívida Município (nº3, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)	Dívida Total Final em 31 de Dezembro de 2025 Aumento permitido Limite Divida total permitida em 30 de Junho de 2026	1.601.135 5.454.965 7.056.101
I - Capacidade liquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	5.412.468

Porto, 06 de Agosto de 2026

Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)
Em representação de
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC
Inscrita na OROC sob o n.º 154
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161464